

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR

**A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ESTIMULAÇÃO
ESSENCIAL DA CRIANÇA COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

PONTAL DO PARANÁ/PR

2004

MÁRCIA REGINA SCOMASSON

**A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ESTIMULAÇÃO
ESSENCIAL DA CRIANÇA COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

Monografia apresentada para obtenção do título de especialista do curso de Pós Graduação em Inclusão/Educação Especial, pela Universidade Federal do Paraná – UFPR.

Profª Mestre Márcia de Sá Guimarães

PONTAL DO PARANÁ/PR

2004

“Nossa Senhora, com o Menino Jesus em seus braços; resolveu descer à Terra e visitar um mosteiro. Orgulhosos, os padres fizeram uma grande fila, e cada um chegava diante da Virgem para prestar a sua homenagem. Um declarou belos poemas, outro mostrou suas iluminuras para a Bíblia, um terceiro disse o nome de todos os santos. E assim por diante, monge após monge, homenageou Nossa Senhora.

No último lugar da fila, havia um padre, o mais humilde do convento, que nunca havia aprendido sábios textos da época. Seus pais eram pessoas simples, que trabalhavam num velho circo das redondezas, e tudo que lhe haviam ensinado era atirar bolas para cima e fazer alguns malabarismos.

Quando chegou sua vez, os outros padres quiseram encerrar as homenagens, porque o antigo malabarista não tinha nada de importante para dizer, e podia desmoralizar a imagem do convento. Entretanto, no fundo de seu coração, também ele sentia uma imensa necessidade de dar alguma coisa de si para Jesus e a Virgem.

Envergonhado, sentindo o olhar reprovador de seus irmãos, ele tirou algumas laranjas do bolso e começou a jogá-las para cima, fazendo malabarismos, que era a única coisa que sabia fazer.

Foi só neste instante que o Menino Jesus sorriu, e começou a bater palmas no colo de Nossa Senhora. E foi para ele que a Virgem estendeu os braços, deixando que segurasse um pouco o Menino”.

(Paulo Coelho, 1995)

SUMÁRIO

RESUMO.....	iv
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 OBJETIVOS.....	2
1.1.1 OBJETIVO GERAL.....	2
1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	2
1.2 METODOLOGIA.....	3
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	4
2.1 FAMÍLIA, SOCIEDADE E ESTIMULAÇÃO.....	4
2.1.1 A CONSTITUIÇÃO DA PERSONALIDADE DA CRIANÇA.....	4
2.1.2 NASCIMENTO ESPECIAL.....	9
2.1.3 FAMÍLIA E SOCIEDADE.....	12
2.1.4 ESTIMULAÇÃO ESSENCIAL.....	15
2.1.5 ESTIMULAÇÃO E FAMÍLIA.....	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35

RESUMO

A presente monografia tem por objetivo mostrar a importância da família no processo de Estimulação Essencial das pessoas com de necessidades especiais, através da retomada de seus valores e papéis. Já que é esta, a relação social primária da criança, sendo então, responsável pela inserção da mesma na sociedade. Para tanto, foram trabalhados vários assuntos como: estimulação essencial, sociedade, família, causas da deficiência, entre outras. Com isso, espera-se contribuir para que haja uma visão mais realista de todos os assuntos abordados.

1. INTRODUÇÃO

Como problema, será estudado para esta monografia: Qual a importância da Família no Processo de Estimulação Essencial da Criança com Necessidades Especiais?

Tendo em vista, a experiência clínica com crianças necessidades especiais, onde percebe-se o despreparo das pessoas da sociedade em aceitar o deficiente em sua família, analisar-se-á a necessidade e a relevância que a mesma exerce no desenvolvimento bio-psico-social da criança, bem como a importância desta no processo de Estimulação Essencial. A família valorizando e reconhecendo seu papel, conseqüentemente, oportunizará a inserção de seu filho numa sociedade menos preconceituosa.

Segundo MALDONADO (1997), a maneira como a família concebe os papéis e funções familiares, as expectativas que criam a respeito da tarefa de educar filhos, as dificuldades pessoais que transparecem em seus relacionamentos e mitos culturais que se entranham em seu modo de pensar, constitui o desenvolvimento deste ser especial, que como todas as pessoas, fazem parte de um social.

Na maior parte do tempo, esta rede de fatores atua sem que a família se dê conta, como base de inúmeras dificuldades e obstáculos no relacionamento. Na medida em que se toma consciência dessa infra-estrutura, aumenta a probabilidade de haver modificações necessárias para superar vários entraves e pontos cegos.

É por meio do relacionamento familiar que o indivíduo desde os primeiros tempos de vida começa a aprender até que ponto ele é um ser aceitável no mundo, que tipo de concepções e ajustes necessita fazer, assim como a qualidade das relações humanas que encontrará (GLAT IN AMARAL p.18, 1994).

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 OBJETIVO GERAL

Valorizar a importância da família para o desenvolvimento máximo das potencialidades da criança, proporcionando através desta, uma interação maior com a sociedade, na busca de uma desmistificação de valores errados para com a criança com necessidades especiais e sua família.

1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Salientar a relevância da Estimulação Essencial como “meio” salutar da criança desenvolver-se satisfatoriamente.
- Caracterizar a importância do papel da família na constituição da personalidade da criança especial.

- Fazer com que a criança forme a imagem de si mesma, nos primeiros meses de vida.
- Conscientizar a família a participar e realizar a estimulação essencial em seu filho portador de necessidades especiais, facilitando desenvolvimento bio-psico-social do mesmo.

1.2 METODOLOGIA

Este trabalho será norteado com base na seguinte questão: a conscientização da família a participar e realizar a estimulação essencial em seu filho com necessidades especiais, facilitará o desenvolvimento bio-psico-social dos mesmos?

Como metodologia, este trabalho será realizado através de Pesquisa Bibliográfica, na busca de várias fontes literárias referentes aos assuntos: Estimulação Precoce e envolvimento da família de crianças especiais. Para tanto, fez-se necessário procurar em vários locais pertinentes, como: Biblioteca e Hospitais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1. FAMÍLIA, SOCIEDADE E ESTIMULAÇÃO

2.1.1 A CONSTITUIÇÃO DA PERSONALIDADE DA CRIANÇA

Segundo MALDONADO (1992) a maternidade constitui um momento existencial de extrema importância no ciclo vital feminino, que pode dar à mulher a oportunidade de atingir novos níveis de integração e desenvolvimento da personalidade. Muito mais do que um evento biológico, um nascimento de um filho traz em si, emoções, expectativa e planos futuros.

Durante o período da gravidez, a mulher tem o seu psicológico abalado, tornando-se mais frágil, ela é muito mais emoção do que razão. Isto é desejável na medida em que, se a mãe fosse muito racional, no momento do nascimento da criança, não teria paciência suficiente, perceberia, apenas os sacrifícios e as privações que teria que submeter-se, e não as alegrias que esse filho poderia lhe trazer.

No período gestacional há uma identificação da mãe com o bebê. Esse faz parte de seu corpo, porém é quase um desconhecido, tanto tátil como visualmente. Assim a mãe formará a imagem da criança fantasiando o que quiser com ela.

O nascimento de um filho vai ocupar um lugar entre os sonhos perdidos da mãe, na medida em que aquilo que essa deseja no decurso da gravidez é, antes de mais nada a recompensa ou a repetição de sua infância. A imagem fantasmática do filho se sobrepõe a imagem real do mesmo. Esse filho sonhado nasce com a missão de fazer diferente o que na

história da mãe foi julgado deficiente, ou de prolongar aquilo a que ela teve de renunciar. (MARQUES in MAUD apud REVISTA BRASILEIRA DE ED. ESPECIAL 122, 1995).

Desde o nascimento, a criança já tem uma história de vida. Os pais sempre fantasiam como gostariam que ela fosse, Qual será a cor dês olhos, dos cabelos... Imaginam sua altura, seu peso, onde estudará, quem serão seus amiguinhos, a primeira professora, até a formatura, no curso que também já foi escolhido por eles. E assim por diante.

Assim mesmo tão pequenina, essa criança já carrega nela uma expectativa, que será concretizada em alguns itens e outros não. Mas independentemente disso, ela é essencial. Sim, porque se essa criança não for desejada por seus pais, se não houver um espaço para ela na vida deles, ela não se tornará um indivíduo socialmente equilibrado.

O recém nascido, é totalmente frágil e dependente. Não sabe nada sobre ele ou sobre a realidade que o cerca. Não sabe nem mesmo que possui um corpo e que este é o da mãe. Para ele, a mãe faz parte dele.

A ruptura do bebê do corpo da mãe para o mundo é bastante traumática, pois sairia de um "lugar quentinho e aconchegante" que habitava, onde todas as suas necessidades seriam sanadas, para um mundo agressivo e inóspito. Assim é que os pais tornam-se absolutamente imprescindível no começo da vida da criança, pois é na infância que a personalidade será moldada. Segundo GESSELL (1986), nessa fase a criança se tornará "esperta, inteligente, carinhosa, corajosa" ou ao contrário, "passiva, limitada intelectualmente, agressiva ou medrosa". Evidentemente, não é só o meio que contribuirá para a formação da personalidade

da criança, ela será influenciada pelas características hereditárias que passam dos pais para os filhos, pela carga genética de sua família. Porém, é inegável a importância de como essa criança é vista pelos pais.

No primeiro mês, ele praticamente só dorme, acordando apenas quando está com fome e manifesta isso através do choro.

Apesar de não demonstrar outras necessidades, desde essa época, a presença da mãe é marcante em sua vida. Quando a mãe vai amamentar a criança, o modo como ela o faz, já está imprimindo em seu corpo as primeiras marcas que a criança carregará para o resto de sua vida. Assim se a mãe atende o choro da criança na hora, pega-a com carinho, ajeita-a confortavelmente em seu colo e lhe dá o peito com carinho, fazendo agrado em seu rosto, a criança se sentirá confortável, segura e começará a formar em sua cabeça a relação da mãe com satisfação de suas necessidades.

“A lactância natural é uma forma de reforçar o vínculo afetivo mãe – filho; além do que constitui uma experiência fisiológica e psicológica na dinâmica da criança”.¹

No entanto, se a mãe escuta o choro de seu filho e demora atendê-lo, pega-o com raiva, segura-o com força e lhe dá o peito de má vontade, essa criança criará outra imagem, logo, não se sentirá tão bem, nem tão segura. No entanto, ainda assim, ela é imprescindível.

¹ GOMELLA & CUNNINGHAM, 1990, pg. 38.

Aparentemente, não importa o tipo de mãe que uma criança perde, ou o quanto pode ser perigoso continuar na presença dela. Não importa se ela machuca ou abraça. A separação da mãe é pior do que estar nos braços dela quando as bombas estão explodindo. A separação da mãe é, às vezes, pior do que ficar com ela quando ela é a própria bomba.²

Como se pode observar, a criança não tem sua mente estruturada como a de um adulto, ela é rudimentar em todos os aspectos. No entanto, mesmo assim consegue demonstrar calma ou agitação de acordo com a maneira que é tratada.

Agora fica mais fácil imaginar o que seria de uma criança que não tem uma mãe ao nascer. Quando se refere à mãe, está se querendo dizer a mãe biológica ou aquela que venha a ocupar o seu papel (avó, madrasta, tia, etc.). Sem ela a criança morre.

Separações graves no começo da vida deixam cicatrizes porque acabam a conexão humana essencial: O elo mãe e filho que nos ensina a amar, Não podemos nos tornar seres humanos completos – na verdade, é difícil tornar-se um ser humano sem o apoio dessa primeira ligação.³

Com o passar dos meses, a criança vai sentindo outras necessidades, inclusive a de contato social. Neste período a criança começa a internalizar o lugar que ela tem dentro da família: se é rejeitada, se é aceita ou desprezada. E assim vai formando a sua personalidade de acordo com o que lhe é passado.

Segundo CORIAT (1997), o bebê ao nascer não é nada, é uma massa, apenas um corpo. Quem dará uma forma a esse corpo são os pais. Esse corpo pode vir a ser um psicopata, um psicótico, um neurótico, ou uma pessoa normal, de

² VIORS, Judith, 1988, p.10.

³ VIORS, Judith, 1988, p.27

acordo como esse corpo foi sendo marcado ao longo da vida, principalmente nos primeiros anos. Nestes primeiros anos, o papel da mãe é mais importante do que do pai. Isso porque, como já foi dito anteriormente, a criança crê que ela e a mãe são uma só, e isso torna o contato com a mãe mais profundo que com o pai. É a mãe que gerou a criança e é só ela que pode amamentá-la. Logo, é natural que o vínculo que se estabelece entre a mãe-filho no primeiro ano de vida seja mais forte que qualquer outro.

“Geralmente o pai é percebido pela mãe com alguém omissos quanto a iniciativa e cético quanto a eficácia de eventuais tratamentos.” (MAUD, 1995, p. 58)

O pai, nesse primeiro ano, é visto como são vistas as outras pessoas: como mais um. É só mais tarde que ele começará a fazer parte desta relação. Mas não por isso seu papel é diminuído. Ele tem um papel fundamental quando chega a hora de entrar na relação. É ele que fará com que a criança perceba que a mãe é separada dela e tem outros interesses.

Assim como a criança precisa ser satisfeita e precisa que façam tudo por ela no nascimento, também precisa ir percebendo devagar, dentro do seu tempo de crescimento físico e psicológico, que nem sempre poderá ser satisfeita, e que às vezes ela será frustrada em suas vontades. Isso tem como objetivo torná-la toda vez mais independente. E para isso, ela terá que se deparar com as perdas e frustrações.

A mãe mostra-lhe esses lados, quando está com a criança, sai e depois volta. Então, a criança vai aprendendo aos poucos a conviver a sua falta. Isso fica mais reforçado quando o pai começa a ter sentido para a criança.

“...por menor que seja a presença de um homem – seja enquanto pai da criança ou enquanto Portinari da mãe, seja no cotidiano da vida da criança ou no horizonte social – não só é a única saída possível do Édipo, é também a única possibilidade de entrada”⁴

Contudo, quer se salientar que a família (o pai e a mãe) por “pior” que seja, ainda é melhor do que nada. Pois se a criança pode se tornar neurótica com ela, pode se tornar psicótica sem ela.

2.1.2 NASCIMENTO ESPECIAL

Viu-se até aqui a importância da família de modo geral, tendo em vista uma criança “normal”, mas o que dizer com relação às crianças com necessidades especiais?

Em princípio, a regra é válida para todas as crianças. Todas precisam de uma família. Mas pode-se dizer que as crianças especiais precisam ainda mais.

“No caso do nascimento de uma criança excepcional, produz-se um choque na família e, em especial, na mãe. A formação do filho real faz reavivar seus conflitos e dificulta a elaboração gradual dos mesmos. A impossibilidade de realizar seus desejos, sonhos e fantasias, traz uma grande frustração. Os pais de uma criança deficiente, estão num eterno luto pela perda do filho saudável que não veio; o que existe é uma criança substituta que está definitivamente lesada.” (Revista Brasileira de educação especial, pg. 122, 1995).

⁴ CORIAT, Elsa, 1997, p.111.

Este luto não é elaborado adequadamente, porque os pais não assumem para eles mesmos a rejeição pela criança, assim impedem que seus atos aos poucos se tornem verdadeiros e não apenas obrigatórios a condições de pais.

Segundo MARQUES apud, revista Brasileira de Educação Especial (1995), uma vez entendendo que o filho representa para a mãe a reedição de sua própria infância, um filho anormal é como se fosse o seu retrato exposto. Por serem um só, toda a avaliação, todo diagnóstico do filho afeta a mãe de forma extremamente dolorosa. Trata-se de uma ferida Narcísica, em outras palavras, uma ferida em seu amor próprio. Ocorre uma perda brusca de toda referência de identificação, constituindo-se num pânico diante de uma imagem de si própria, a qual já não se pode nem reconhecer, nem amar.

O desejo básico de todo pai e de toda mãe é, antes de mais nada, que seu filho nasça com saúde e perfeição. E é numa dessas primeiras premissas que surgem todas as outras. Nenhum pai ou mãe fantasia o que será de seu filho se esse nascer com alguma deficiência, simplesmente porque essa idéia já lhes causa repulsa, um verdadeiro pavor. A verdade é que nenhuma família está preparada para aceitar um filho deficiente.

O filho é sempre uma continuação do que os pais não puderam ser. Ele representa uma imagem mais aperfeiçoada, melhor e mais capaz de realizar seus sonhos.

Assim, quando nasce uma criança com necessidades especiais, os pais se sentem totalmente perdidos, frustrados e culpados. Não sabem o que vai ser da sua vida, e nem o que fazer com esta criança. Na verdade, não conseguem aceitar o fato

de ser filho deles. Ficam a imaginar se a criança não foi trocada no berçário, ou então, que mal fizeram para terem que pagar um castigo tão alto. E é no meio dessa confusão, dessa desestrutura total, que cresce a criança com necessidades especiais. Sua chegada, diferente da chegada dos filhos “normais”, é motivo de tristeza. Não há comemoração. Ela não é vista como uma criança com potencialidades, mas sim como um deficiente.

O papel da família para o deficiente é tão importante, que sem ela não adianta que os melhores profissionais sejam contratados para que ela evolua, pois ela não dará provas do que é capaz.

HERREN (1989) comenta, para que a criança portadora de necessidades especiais possa desenvolver suas potencialidades é essencial que antes de se pensar nos profissionais de que ela precisa, que a família pense nela. O desejo que a família tem sobre a criança é mais decisivo que qualquer tratamento a que ela possa ser submetida. É a expectativa dos pais em relação a ela que determinará até onde poderá chegar, dentro das suas limitações.

Se os pais a rejeitarem, conseqüentemente farão menos coisas com ela do que fariam se ela não possuísse deficiências. Assim ela será menos estimulada em todos os sentidos. E sendo menos estimulada, não chegará a fazer o que lhe cabe, não porque a sua deficiência a impeça, mas porque ela se sente impedida, porque os pais a impediram, quando deixaram de acreditar nela.

“O psíquico se constrói sobre o papel do orgânico, mas a mão que escreve está dirigida desde o inconsciente dos pais. O orgânico não é causa nem determinação do psíquico em seu aspecto afetivo; é o inverso, a estrutura relacional que os pais estabelecem com seu

filho nos primeiros anos de vida é que deixam marcas no orgânico: seja para propiciar o nascimento de um sujeito do desejo, seja para impossibilitá-lo”.⁵

Dada a importância da família, pretende-se mostrar que o que ela faz, não é “culpa” dela, antes sofre uma influência exercida pela sociedade.

2.1.3 FAMÍLIA E SOCIEDADE

A sociedade é subsidiada por normas e valores sociais que são tomadas como verdade absoluta pelas pessoas, ou seja, todos devem seguir os mesmos padrões: físico, intelectual, moral, entre outros. Só assim, o indivíduo será aceito como membro efetivo da sociedade.

Pode aparecer que esta atitude seja algo de novo, porém, quando retoma-se a história da civilização, encontra-se já com a teoria de Darwin, um processo de teoria natural, onde só os mais fortes conseguiam sobreviver e passar sua carga genética adiante. Sabe-se que nesta época, quando nascia uma criança deficiente, essa era exterminada de alguma forma.

Com o passar do tempo, esta realidade foi sendo modificada, de maneira a tornar a vida dos deficientes mais fácil e mais prolongada. Porém o investimento abrangia a questão física, onde elaboravam-se aparelhos adaptativos dos mais variados, sem no entanto, levar em consideração os outros aspectos deste indivíduo.

⁵ CORIAT, Elsa, 1997, p.137.

Quando se fala nos portadores de deficiência, mesmo hoje em dia, são considerados ainda como indivíduos desviantes, comparados a outras categorias como, por exemplo: aidéticos, ex-presidiários, homossexuais, entre outros. Entretanto a condição do indivíduo portador de necessidades especiais ainda é pior, pois a situação dos mesmos é permanente.

“Ora, quando nos deparamos com indivíduos que por suas características ou comportamentos não se enquadram em nossa representação ou tipificação de ‘normalidade’ ocorre uma quebra ou ruptura na rotina da interação social. Agora não podemos mais nos comportar em relação a eles de acordo com o padrão de conduta típico a que estamos acostumados. Ficamos como perdidos, sem saber como agir”. (AMARAL, 1994, p.21)

A sociedade ao se defrontar com o deficiente, pensa mesmo que de maneira inconsciente sobre várias questões, como por exemplo: será que ela será sempre assim? Pode me causar algum mal? É contagioso? Entre outras. Com isto, percebe-se que o deficiente é visto apenas em função de uma das partes, e o que é pior, da pior parte.

Assim o indivíduo portador de necessidades especiais é visto de forma estigmatizada onde o estigma funciona como rótulo e este passa a ser o único papel social que ele pode interpretar em sua vida.

Com base no que foi descrito acima, acredita-se que para essa situação mudar, é importante que as pessoas tenham a oportunidade de receber informações e estar em contato no seu dia-a-dia com pessoas portadoras de necessidades especiais. Pois só assim a sociedade terá condições de perceber que por trás do deficiente existe um ser humano.

Segundo Lígia Assunção, o ser humano nasce num meio ambiente que é tanto social quanto natural, desde os primeiros anos de vida e este meio já está desenvolvido culturalmente e socialmente.

“Essa estrutura social e concepção do mundo determinam imediatamente suas relações sociais primárias a família” GLAT (IN L. AMARAL, p. 26.1994).

Através deste relacionamento familiar, que a criança compreende e percebe-se como um ser aceitável no mundo, ocupando um lugar que lhe é denominado pelos pais, os quais são responsáveis pela socialização primária. Esta formará a identidade pessoal, estabelecerá as primeiras relações interpessoais, e a criança assimilará papéis e atividades.

Se neste momento, ou neste primeiro vínculo social da criança (que é a família) houver estigmatização, sua identidade se tornará equiparada ao papel que lhe é atribuído: de deficiente.

E essa forma de socialização estigmatizada iniciada pela própria família, será posteriormente confirmada e reforçada pela sociedade.

Na vida familiar, há momentos decisivos (crises) durante os quais ocorrem modificações em cada um de seus membros e na dinâmica interna do grupo. A presença de uma criança deficiente ou prejudicada cria uma situação nova, nunca enfrentada anteriormente, caracterizado então uma crise. Para tal, são necessárias expectativas e objetivos divergentes dos valores sociais já assimilados.

3.1.4 ESTIMULAÇÃO ESSENCIAL: DEFINIÇÃO, ETIOLOGIA

Sabe-se que uma criança portadora de necessidades especiais é mais frágil e precisa de mais cuidados que uma criança “normal”. ROMANELI (2000) afirma que ela necessitará de atendimentos especializados, como: fonoaudiologia, fisioterapia, psicologia, entre outros, de acordo com o grau de sua deficiência. Além disso, necessitará ser levada ao pediatra mais vezes. Enfim, a família terá que dispensar um tempo maior a ela do que se ela fosse “normal”.

Esses cuidados especiais são mais facilmente realizados através da estimulação essencial. Pensando nisso, passa-se a definir alguns conceitos importantes sobre o que vem a ser estimulação e sua abrangência.

A prevenção da ocorrência de condições físicas e sociais que produz a condição especial (necessidades especiais) na primeira infância é a ação prioritária da Estimulação Essencial.

“A ação preventiva assenta-se no conceito probabilístico de risco. A partir de algumas correlações, afirma-se que crianças que possuem atributos biológicos e/ou sob efeito de determinadas variáveis ambientais, têm aumentado as probabilidades de apresentar distúrbios ou atraso em seu desenvolvimento, quando comparadas a outras crianças que não possuem tais atributos. Esses atributos são chamados fatores de risco”.⁶

A presença de fatores de risco e as constatações podem ser realizadas antes, durante e após o nascimento. Essa população é assim classificada por TJOSSON e LORENZO apud Nunes (1990):

⁶ RAMEY e FINKELTEIN, 1981, Apud Nunes, 1990.

- a) Bebês de alto risco biológico (com danos perinatais ou pós-natais);
- b) Bebês de alto risco psicossocial (com experiências limitadas e/ou traumáticas);
- c) Bebês de riscos estabelecidos – por anormalidades de diversas origens: anomalias cromossômicas (síndrome de Down), erros inatos do metabolismo (fenilcetonúria, hipotireoidismo), infecção à irradiação e outros elementos químicos, até traumatismo de parto (anóxia e lesão cerebral).

Segundo CULINAN, C.A. LORENZO e HAYNES Apud Nunes (1990), fatores que determinam os altos riscos são vários, colocando a criança em situação de elevada vulnerabilidade ao aparecimento de deficiências no seu desenvolvimento, entre elas são descritas a seguir as mais relevantes:

- **ETAPA FETAL:** idade materna (inferior a 20 anos ou superior a 30 anos, para a primeira gestação); diabetes maternas; infecções (toxoplasmose, sífilis, rubéolas e outras viroses); gestações excessivas ou múltiplas; desnutrição materna; irradiação; uso de drogas; toxemia gravídica; apresentação fetal anormal; incompatibilidade Rh “mãe sensibilizada”; fatores relacionados à pré e pós-maturidade.
- **ETAPA NEONATAL:** fatores relacionados à anóxia; traumatismo de parto; convulsões; infecções no sistema nervoso; distúrbios endócrinos e metabólicos.

- ETAPA PÓS-NATAL: desnutrição; hipoestimulação; carência afetiva; infecção do sistema nervoso.

Cada uma das etiologias que foram citadas, atuando sozinhas ou em conjunto são potencialmente agressoras, e a miséria, é a condição comum mais freqüente.

A presença de um fator de risco não é necessariamente condenante. O importante é afastar a causa determinante. O primordial é que a criança que tenha estes sinais ou sintomas deve ser vigiada e assistida. Dessa forma, evitar-se-á a instalação de deficiências, ou seja, a criança nascida de mãe de alto risco ou que venha a tornar-se de alto risco pelos fatores neo e pós-natal, deve ser acompanhada e, se necessário, iniciada em programa apropriado.

A prevenção do atraso e do distúrbio de desenvolvimento, depende da identificação precoce, e a prevenção ocorre em três níveis, a saber: primário, secundário e terciário. Na prevenção primária observa-se como objetivo a redução da incidência de determinadas condições especiais. Genericamente, dá-se quando instituições da sociedade promovem melhores condições de saúde; educação; trabalho e moradia. Na prevenção secundária, a condição especial já se manifestou, então o objetivo é reduzir sua duração ou severidade. Nesse nível de prevenção, observa-se a criação de centros de diagnóstico e tratamento de crianças de alto risco comprovado. Na prevenção terciária procura-se reduzir as seqüelas ou efeitos associados às mesmas, como por exemplo, ações visando minimizar a necessidade de institucionalização, aumentar o potencial de vida independente, entre outros.

Segundo PEREZ e RAMOS (1992), o ser humano desde a sua concepção até os primeiros anos de vida, é caracterizado por um desenvolvimento rápido, e que influencia decisivamente toda a posterior evolução do indivíduo. O desenvolvimento do Sistema Nervoso depende de uma estrutura geneticamente pré-determinada, da experiência de agravos (especialmente nas etapas embrionárias, fetal, neonatal e primeira infância) e das influências do meio ambiente.

Geralmente um agente agressor, atuando sobre o Sistema Nervoso, pode ocasionar os seguintes resultados:

- a) Restabelecimento completo;
- b) Permanência de seqüela;
- c) Morte.

A seqüela dependerá da extensão, localização e intensidade da lesão, bem como do grau de maturação sobre o Sistema Nervoso em que atua.

Existem dois grupos de crianças a se considerar quando se faz referência a distúrbios de desenvolvimento: aquelas que possuem uma patologia definida desde as primeiras etapas de sua vida e aquelas que possuem antecedentes e sinais clínicos de risco. É este grupo que chamamos de "crianças de alto risco evolutivo". Estas crianças são hoje detectáveis, graças aos conhecimentos na área de estimulação precoce e campos afins.

Pode-se dizer que a criança "normal" é auxiliada pelo ambiente, assimilando e organizando suas experiências, estruturando assim, suas potencialidades. A

criança de alto risco terá dificuldades em vivenciar suas experiências, fazendo-se necessário ajuda externa, que é representada pela estimulação precoce.

Observa-se, nos últimos anos, que alguns autores vêm substituindo o termo “Estimulação Precoce” por “Estimulação Essencial”, citando duas razões: a primeira, porque o termo “precoce” na língua portuguesa significa “antes do tempo”, “talentoso”; a segunda porque “essencial” exprime aquilo que a criança realmente precisa.

Segundo PEREZ e RAMOS (1992), em recente revista, “o termo Estimulação Essencial é relativamente novo, pouco conhecido, inclusive nos meios profissionais e, de certa maneira, é circunscrito a certos setores vinculados a este campo. Trata-se de uma tentativa de evitar ambigüidades que o vocabulário “precoce” possa suscitar. No entanto temos que considerar que essa designação também suscita ações suficientemente antecipadas para evitar, atenuar ou compensar a deficiência da qual a criança é portadora. Além disso, empregam-se o termo Diagnóstico Precoce com esse mesmo sentido etimológico. Vale destacar que o termo Estimulação Precoce já é consagrado pelo uso, não só na língua portuguesa, como também no equivalente espanhol (*estimulacion precoz*). Essa expressão tem origem, em seu meio, de tradução literária do espanhol ou do equivalente em inglês (*early stimulation*), enquanto que a designação estimulação essencial é limitada ao significado. Seja qual for a expressão adotada oficialmente, o sentido que se atribua a seu contexto deve ser baseado nos conhecimentos atuais sobre o assunto, podendo ser definido como se segue: “conjunto dinâmico de atividades e recursos ambientais incentivadores, destinados a proporcionar à

criança, nos seus primeiros anos de vida, experiências significativas para ajudá-la a alcançar um desenvolvimento pleno de seu potencial evolutivo”.

A expressão “Estimulação Precoce” é também adotada no documento que trata as Diretrizes Educacionais sobre Estimulação Precoce, o qual fundamenta a implantação e a atualização adequada de programas destinados às crianças com necessidades especiais em seus primeiros anos de vida.

Em outro artigo, MONTE e CARVALHO APUD, Política Nacional de Educação Especial (1995) também demonstram o porquê da escolha do termo Estimulação Precoce “... nos parece mais abrangente, permitindo a inclusão das ações que envolvem não apenas a criança, mas também os membros de sua família. Ela contém os objetivos educacionais previstos para a educação infantil da criança de zero a três anos (previsto no artigo 208 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988)”.

A criança não deverá ser estigmatizada como carente, incapaz, marginalizada, fracassada, mas como criança real, concreta, vista de acordo com sua condição de vida econômica, social e cultural.

Na concepção terapêutica as crianças com necessidades especiais serão vistas através da relação com seu meio físico, humano, sociocultural e histórico, pelo processo interacional que se configura diferentemente nos diversos períodos de seu desenvolvimento, evidenciando-se assim, uma relação de continuidade, devido à construção do conhecimento, pela predominância das experiências nos diversos estágios do desenvolvimento infantil.

Vê-se necessárias as informações da realidade social para se conhecer a criança numa perspectiva mais ampla, levando-se em conta a história contextual na construção do conhecimento, visando a auto realização, apropriação do saber, integração social e independência. Portanto a participação da família em todo o processo é muito importante.

2.1.5 ESTIMULAÇÃO E FAMÍLIA

Por estes motivos, percebeu-se a necessidade de um trabalho conscientizador e informativo às famílias de crianças portadoras de necessidades especiais e/ou pessoas envolvidas neste meio visando e salientando a importância das mesmas na vida destas crianças.

A orientação familiar é importante desde o início do desenvolvimento da criança, pois: "A atitude mais sadia e adequada da família propiciará ao indivíduo a formação de um autoconceito realisticamente definido e a possibilidade de uma inter-relação mais cooperativa". (AMIRALIAN, p.48. 1986)

A aceitação de um filho deficiente, ocorrerá com a ajuda de um profissional capacitado, pois para isto será necessário uma reorganização de valores e objetivos da família implicando num conhecimento real e objetivo das limitações e possibilidades da criança excepcional. Porém, para a família chegar neste estágio será preciso passar por atendimentos e orientações os quais lhe darão suporte.

A primeira etapa da orientação familiar consiste em auxiliar os pais a uma aceitação emocional da criança excepcional, que pode ser definida como a concordância dos fatores internos (sentimentos dos pais) e os fatores externos (realidade da situação). Só então, os pais terão condições de propiciar situações que favoreçam o desenvolvimento pleno das potencialidades de seu filho.

Outro fator relevante à orientação familiar refere-se ao conhecimento que os pais devem ter quanto às etapas do desenvolvimento da criança para que a mesma possa estimular satisfatoriamente as necessidades de seu filho;

Segundo SATIR (1993) é importante salientar que o papel da estimulação não tem o caráter autoritário, ou seja, as decisões não devem vir dos especialistas para a família. Mas deve ser construído junto com ela.

A estimulação deve ser executada como facilitadora da descoberta de novas possibilidades de ação, de novas formas de ver o mundo, as pessoas e as relações.

Para isso é necessário dialogar com esta família, tendo em vista, possíveis mudanças em seu modo de agir. O primeiro passo é compreender o seu conjunto de valores, sem julgá-la, nem recriminá-la, mesmo que estes não coincidam com o dos especialistas.

Os especialistas precisam estabelecer uma relação dialógica com a família, onde ambas as partes tenham a possibilidade de expor-se a mudanças. A troca de informações possibilita a descoberta de significados comuns. Esta é a atitude que considera a família como sendo capaz de, com a devida orientação, encontrar saídas para seus problemas.

Se, para o interesse das crianças, a família tiver que mudar procedimentos e atitudes, criando um clima de respeito, este deverá começar nos encontros com os especialistas.

Essa postura torna-se imprescindível porque possibilita uma atitude acolhedora para com os pais que vem para os atendimentos de maneira muito fragilizada e com muitos conflitos internos, principalmente porque além da deficiência, se deparam ainda com a pressão da sociedade.

Os pais têm sempre a obrigação perante a sociedade de educar os seus filhos da melhor maneira possível, independente do que possam estar sentindo. A sociedade exige que os pais aceitem a criança e consideram uma anormalidade o fato de uma família não dar o máximo ao seu filho.

Naturalmente é necessário que haja uma cobrança social para que os pais cuidem bem dos seus filhos, pois se assim não for, os crimes contra crianças que existem hoje, serão futuramente ainda maiores. No entanto, o que se percebe é que os pais, mesmo das crianças "deficientes", se esforçam para serem o que todo mundo espera deles. E às vezes se esforçam tanto que acabam negando o saber que têm sobre o que é melhor para o seu filho, e agindo somente seguindo cartilhas de especialistas, sobre como tratar crianças deficientes.

Os pais muitas vezes sentem-se perdidos, sem saber o que fazer, se seguir seu coração, suas experiências de pais ou os mandamentos dos médicos e psicólogos.

Parece que até o brincar tem que ser diferente, uma vez que eles tem que estar aproveitando todos os momentos para mexer a perna para esse lado, virar o

tronco para aquele, pegar os brinquedos com a mão direita e depois com a esquerda, e assim por diante. Mas onde fica a criança dentro do deficiente? Antes de ser um deficiente, ele ou ela é uma criança.

A tarefa dos pais não é nada fácil porque além de terem uma criança "diferente", elas ainda são submetidas a uma verdadeira maratona, onde cada especialista olha para o seu filho de maneira fragmentada. O fonoaudiólogo observa a sua fala, o fisioterapeuta os seus braços e pernas, o médico o funcionamento dos seus órgãos. E assim, cada profissional diz aos pais o que eles devem fazer, e a eles cabe muitas vezes juntar, condensar e aplicar as instruções.

Porém como aplicar, a capacidade de discernir o que realmente a criança precisa receber, ainda cabe a eles e deverá caber sempre.

Os pais precisam sim, ser instruídos em relação às dificuldades que encontram. Precisam ser estimulados a enxergar as potencialidades dessa criança especial, mas precisam acima de tudo, ser reconhecidos como pais e se sentirem pais e não apenas fantoches nas mãos dos especialistas.

Os pais de crianças especiais necessitam muito menos de regras e muito mais de sentirem a criança como alguém capaz (de aprender, amar, brincar, errar, crescer, etc.).

O mais difícil para os pais de crianças especiais, talvez seja o fato deles terem medo que as crianças se machuquem, tanto física como emocionalmente. Então, a atitude deles normalmente conduz as crianças a não fazerem coisas que podem, devido a superproteção que recebem. Os pais, na ânsia de ajudá-las, acabam fazendo tudo por elas, tornando-as mais dependentes do que já são. Nesse

sentido é que precisam ser orientadas, para que consigam entender que a criança especial precisa passar por frustrações também, e que eles não precisam ser super-heróis para darem conta delas.

Cabe destacar que assim como a criança “normal”, a especial precisa de uma família estruturada para que consiga se relacionar bem socialmente e não venha a fazer parte do grande número de “desajustados sociais” que existem, porque em sua formação faltou algo, ficou um buraco e que agora tentam compensar.

A importância da família em conhecer e discernir as potencialidades que a criança especial possa desenvolver e o incentivo que a mesma possa garantir no processo de estimulação essencial que esta criança necessitará para o seu desenvolvimento bio-psico-social gerará e terá como consequência uma boa aceitação por parte da sociedade desta criança portadora de necessidades especiais, pois se a família, que é o seu contato vincular inicial, tratá-la como uma criança “normal”, mesmo tendo consciência de suas limitações, facilitará a inserção da mesma numa sociedade menos preconceituosa.

“As consequências são reveladas nos problemas cada vez mais graves de delinquência juvenil e no crescente número de neuroses e psicoses na sociedade ocidental adulta. Esses desenvolvimentos suscitam novas soluções; surgiram instituições culturais, desconhecidas até então. Refiro-me a casas de adoção, serviços de adoção, clínicas de aconselhamento para crianças, assistentes sociais, baby sithers, bem como ao número cada vez maior de hospitais de doenças mentais, tanto para adultos quanto para crianças, e a dedicação generalizada no sentido da formação de um número astronômico de psiquiatras para tratar dos distúrbios causados pela nossa própria civilização. Entretanto, essas soluções são apenas medidas paliativas. Esse mal é a rápida deterioração das condições indispensáveis para o desenvolvimento das primeiras relações objetivas” (SPITZ, 1993, pág.233).

Como sabe-se, a carência afetiva traz prejuízos, muitas vezes irreparáveis ao desenvolvimento da criança. E o fato de uma criança ser deficiente aumenta

muita a chance de que isso venha a ocorrer, devido a falta de motivação da família em geral, e em especial da mãe para com a criança.

Quando os bebês passam um longo período sem os cuidados maternos, podem desenvolver condutas atípicas e chegar até mesmo a desenvolver uma depressão anaclítica, termo utilizado por Spitz.

Por essas razões é que percebe-se que a estimulação essencial, é como o próprio nome diz, ESSENCIAL, uma vez que permite que haja uma mudança na relação da família com a criança, fazendo com que essa consiga enxergar além das limitações da mesma.

Além disso, a estimulação essencial tem como objetivo melhorar as áreas de desenvolvimento que encontram-se defasadas, através do desenvolvimento das potencialidades da criança. Também preocupa-se com a formação de hábitos básicos de independência pessoal, para que a criança tenha uma evolução tão normal quanto possível.

A estimulação essencial dá ênfase às etapas do desenvolvimento infantil, possibilitando assim uma maior integração da criança com ela mesma e com seus interesses, que estão sempre vinculados a sua idade cronológica e mental.

Além de todos os motivos acima citados, é válido lembrar que é nos primeiros anos de vida que as intervenções realizadas mostram-se mais intensas e duradouras, desde que realizadas de maneira regular e sistemática.

Fazendo essa intervenção a criança tem condições de se integrar verdadeiramente na rotina do lar e também no convívio das pessoas que a rodeiam.

Isso facilitará nas posteriores experiências com um mundo mais amplo de experiências, onde se deparará com grande número de pessoas nem sempre solidárias a sua deficiência.

Participando principalmente do seu mundinho acolhedor, terá maior suporte psicológico para não se isolar ou sentir-se rejeitada, bloqueando assim seu canal de comunicação com o mundo.

RODRIGUES e MIRANDA (2000) relatam que existem muitas coisas que os pais podem fazer, não basta ficar calmamente a espera de que as coisas aconteçam. Há várias maneiras para estimulação da criança em casa, tais como:

- Reforçar a auto-estima é a base que toda pessoa necessita ter estruturado para possuir sentimentos positivos a seu próprio respeito, para se sentir importante e capaz.
- Buscar uma maior interação com seu filho. Se quiser comunicar-se com seu filho olhe diretamente para os olhos dele enquanto fala e enquanto aguarda sua resposta. Lembrar-se de como é desagradável quando alguém fala com você e não olham nos seus olhos. É importante que a criança perceba que está sendo observada, ou seja, que estamos prestando atenção nela. Um pai observador é aquele que consegue parar para perceber as reações do seu filho.
- Prestando atenção, os pais conseguem captar qualquer sinal que a criança dê. Sua função é interpretá-lo para tentar entender o que a criança quis lhe dizer. Para isso você deve dizer o que você acha que

ela gostaria de ter dito com o que emitiu e mostrou. Isto confirma a criança que você recebeu a mensagem e a estimula a continuar se comunicando. Quando é são os pais que iniciam o diálogo, certificar-se que deu a criança o tempo necessário para que ela pudesse dar a resposta. Faça uma pausa. E tem que dar a entender que espera da criança a ação. A pausa tem esta função assim como sua fisionomia ao olhar para ela.

- A maioria da criança especial apresenta uma dificuldade para conseguir organizar dentro do cérebro todos os estímulos sensoriais que capta através dos órgãos dos sentidos (audição, visão, olfato, tato, etc). Os pais devem oferecer oportunidades para que a criança experimente uma grande variedade de sensações, porém isto deve ser feito de maneira controlada e organizado. Brinque calmamente, buscando fazer com que a brincadeira seja prazerosa, procurando dar a criança apenas informações pertinentes ao momento. Ao oferecer uma estimulação controlada e organizada, os pais favorecem a aprendizagem, pois esta depende da habilidade de organizar as informações sensoriais.
- Quando a criança mostrar interesse espontaneamente por alguma atividade, os pais devem aproveitar para trabalhar com ela e estimulá-la ao máximo.
- Atividades como tomar banho, trocar de roupa, alimentar-se ou ser alimentado, etc, são excelentes oportunidades para estar estimulando o

aprendizado de seu filho. Os pais devem narrar e comentar o que estão fazendo, solicitando a participação ativa da criança toda vez que for possível, pedindo que ela escolha, por exemplo, entre duas roupas, qual ela prefere usar; o que quer comer primeiro, qual a parte do corpo quer lavar antes e depois.

- O imitar é importante para as crianças, pois nesta situação você serve de modelo a ser seguido.
- Quando os pais estiverem brincando com seu filho, demonstre sempre entusiasmo e alegria. Se você brincar com prazer, encorajará a criança a se interessar pela brincadeira e despertará nela a vontade de participar e interagir. Fale com o seu corpo, faça mímica, utilize bastante o sorriso e o toque.
- Em qualquer atividade os pais podem incluir a música, pois ela proporciona o contato físico e afeto, sensação do ritmo, o tom de voz usado. Outro aspecto positivo é que ela proporciona uma repetição prazerosa, permitindo que a criança aprenda a letra e o ritmo da canção. Músicas que usam gestos além de permitirem a criança o aprimoramento das habilidades motoras, desenvolvem a capacidade de associação entre as palavras cantadas e os gestos executados. Cantigas simples facilitam a memorização da melodia, do ritmo e da letra. Estimule a comunicação solicitando que a criança se expresse de alguma maneira quando quer que a música continue, ou que você cante

novamente, ou não quero mais, acabou. Toda vez que surgir oportunidades faça-a comunicar. Não substitua sua linda voz pelos CDs, fitas, TV e rádios é muito mais produtivo para criança quando você canta com ela.

- Ao ler um livro junto à criança, os pais criam mais um momento especial para compartilharem experiências. A leitura favorece a comunicação, oral ou não, entre vocês dois, estimula a compreensão da linguagem falada e a utilização desta linguagem pela criança. O livro é mais um instrumento que pode auxiliar a criança na aquisição de conhecimentos sobre o mundo que a cerca, como também aprender a apontar uma figura, virar uma página, reconhecer personagens, nomear figuras, ficar mais tempo atento, etc. Livros são previsíveis e o saber o que vai acontecer depois dá segurança à criança e, por isto, devemos ler o livro sempre da mesma maneira. Além disto, a repetição é um fator facilitador para a formação da memória. Escolha um livro levando em conta o estágio em que seu filho se encontra. Comece com livros que tenham apenas figuras e aos poucos vá introduzindo livros com escritas e mais figuras. Deixe a criança ver e tocar o livro. Demore mais tempo nas páginas que a criança demonstre maior interesse. Lembrar-se que ler é bom, mas você contar a estória é melhor ainda.

Portanto, um meio familiar integrado e um ambiente social menos discriminador, são condições básicas para que o desenvolvimento mental da criança deficiente se aproxime dos padrões normais, aumentando, portanto, o número de

crianças com desempenho próximo do esperado para a sua idade. E isso é em suma, o papel da estimulação essencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da família no processo de estimulação para pessoas portadoras de necessidades especiais pode ser simplificado a apenas: A importância da família. Isso porque, hoje em dia a família encontra-se desestruturada. Existem mães solteiras, pais separados, casais amigados, casos de abuso sexual entre membros da própria família.

Enfim, são inúmeros os distúrbios que a família vem enfrentando. Parece que há cada vez menos tempo para os pais se dedicarem aos filhos. Eles se vêem pressionados a trabalhar mais horas para pelo menos levar o básico para seus filhos. E assim chegam cansados, nervosos e com pouca paciência para cuidar dos mesmos (dar banho, preparar o jantar, arrumar a cama), e muito menos para brincar ou conversar com eles.

Percebe-se assim que as crianças de hoje são mais agressivas, mais mal-humoradas, mais deprimidas, mais impulsivas e desobedientes. Como consequência, daqui a alguns anos haverão adultos violentos, inseguros e emocionalmente instáveis.

Dada essa realidade é que tentou-se resgatar o “sentido” da palavra família. Uma palavra tão usada, mas tão pouco vivida. Parece que ela só é lembrada em propagandas, no Natal, nas fotografias ou na memória das pessoas.

Mas existe uma outra situação em que a família é como que obrigada a viver o seu papel – quando nasce uma criança deficiente.

Nesse momento, quando a dor parece insuportável, as pessoas se desestruturam e depois parece que dos pedaços que sobraram, começam a encarar a família de outro jeito, isto é, vivê-la. Isso não significa que todos começam a se amar e se respeitar e compartilhar os valores que acreditam. O que ocorre é que a mãe, ou o pai, ou alguém se apega a essa criança e faz por ela o que todas dentro de cada família deveriam fazer. Começa a dar a ela mais atenção, conversar com ela, tocar em seu corpo, brincar, enfim, fazer a estimulação.

Estimulação que é indicada a crianças deficientes, mas que muitas “normais” gostariam de ter, para que pudessem desfrutar um pouquinho mais do carinho do pai ou da mãe, ou seja, lá de quem for.

De fato, a família é como o alicerce de uma casa, quando esse não é bem firme, por mais arrojado e bonito que seja, sua aparência, um dia ela irá desabar, parcial ou totalmente, mas o desastre é inevitável.

Nenhuma família deseja um filho deficiente e nem sempre chega a aceitá-lo, porém só a convivência com ele, faz as pessoas se obrigarem a refletir sobre sua vida e seus sentimentos.

Às vezes, é só com a deficiência que as pessoas que vivem juntas se tornam família, de alguma maneira.

O importante, é que com isso há a possibilidade de as pessoas começarem a ver a PESSOA deficiente, e não o DEFICIENTE na pessoa.

A família se tornando família e fazendo a estimulação é apenas o primeiro passo na busca da inclusão do deficiente na sociedade, mas sem ele, os outros não existem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Lígia Assunção. **Pensar a diferença/deficiência**. Corde, Brasília, 1994.

AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo Moraes. **Psicologia do excepcional**. São Paulo : E.P.U., 1986, v. 8.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial**. MEC/SEESP, 1995.

CORIAT, Elsa. **Psicanálise e clínica de bebês**. Porto Alegre : Artes e Ofícios, 1997.

GESELL, Arnold. **A criança dos 0 aos 5 anos**. 4. ed. São Paulo : Martins Fontes Ltda, 1986.

GOMELLA, Tricia Lacy; CUNNINGHAM, M. Douglas. **Metodologia- método básico, plantão, doenças e drogas**. Porto Alegre : Artes Médicas, 1990.

HERREN, A. **Estimulação psicomotora precoce**. 2. ed. Porto Alegre : Artes Médicas, 1989.

MALDONADO, Maria Tereza. **Comunicação entre pais e filhos**. A linguagem do sentir. 22. ed. São Paulo : Saraiva, 1997.

MAUD, Mannoni. **A criança retardada e a mãe**. 4. ed. São Paulo : Martins Fontes, 1995.

NUNES, L. R. **Capacitação de recursos humanos em educação especial: treinamento de pessoal de creche para a identificação de bebês de risco e**

intervenção precoce. Projeto de pesquisa financiado pelo CNPQ (processo nº 500237/90-5) SESPE e UFRJ, 1990.

PEREZ, R. Aidyl; RAMOS, Juan M. Q. Perez. **Educação precoce: serviços, programas e currículos.** Ministério da Ação Social, 1992.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Vol II 1995, nº 3.

RODRIGUES, M. F. A. & MIRANDA, S. M. A. **A estimulação da criança especial em casa.** São Paulo. Ed. Atheneu, 2000. p. 79 a 96.

ROMANELI, Egídio. **Apostila de estimulação precoce.** Teoria e Prática-Clínica Renascer, 2000.

SATIR, Virgínia. **Terapia de grupo familiar.** 5. ed. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1993.

SPITZ, René A. **O primeiro ano de vida.** São Paulo : Melhoramentos, 1993.

VIORS, Judith. **Perdas necessárias.** São Paulo: Melhoramentos, 1988.